



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO EDUCACIONAL

Resolução Nº 003/2020-CEDU

Regulamenta as situações em que poderão ser efetuadas justificativas de faltas dos alunos matriculados em curso ou estágios no âmbito dos Órgãos Executivos de Ensino da Polícia Militar do Estado da Paraíba (PMPB).

O CONSELHO EDUCACIONAL, com base nas atribuições estabelecidas no Art. 4º do Regimento Interno do Centro de Educação, e tendo deliberado sobre o assunto em reunião extraordinária do dia 12 de março de 2020, conforme ficou acordado na Ata nº 002/2020 do Conselho Educacional.

RESOLVE:

Art. 1º. São faltas consideradas justificadas aquelas decorrentes das seguintes situações:

- I - apresentação em Juízo;
- II - escala de serviço determinada pela administração;
- III - luto, em virtude da morte de cônjuge; pais e avós; filhos e netos; irmãos; sogro e sogra e dependentes legalmente constituídos.
- IV - núpcias;
- V - licença paternidade;
- VI - doença ou qualquer impedimento físico devidamente comprovado por atestado médico ou amparado por atestado de origem; e
- VII - doença infecto contagiosa, nos termos do Decreto-lei 1.044, de 21 de outubro de 1969.

§ 1º. A justificativa de que trata o inciso II do *caput* deste artigo deverá ser comprovada através de escala de serviço devidamente publicada em boletim, podendo excepcionalmente ser comprovado por outro meio.

§ 2º. A falta prevista no inciso VI não poderá ultrapassar o tempo máximo previsto na Resolução nr. 002/17, publicada em BICE nr. 008, datado de 27 de janeiro de 2017.

§ 3º. Não haverá justificativa de faltas oriundas de dispensas médicas decorrentes de procedimentos estéticos não prioritários ou procedimentos e consultas eletivas.

Art. 2º. Em conformidade com a Lei 9.394, de 26 de dezembro de 1996, não haverá abono de faltas, e o(a) aluno(a) que incorrer nas situações previstas nos incisos do artigo 1º desta Resolução terá suas ausências justificadas, sendo excluídas para efeito do cômputo do percentual mínimo de faltas previsto para aprovação na referida lei.

Art. 3º. Aquele(a) aluno(a) que mesmo amparado pelos incisos previstos no parágrafo 1º desta Resolução, quando a falta a aula, instrução ou atividade se der no final do curso ou estágio o(a) aluno(a) deverá repor os conteúdos na turma subsequente, ficando pendente de aprovação na respectiva ata.

Parágrafo único. O(A) aluno(a) amparado(a) nos termos desta Resolução poderá requerer a reposição de avaliação de acordo com o previsto na NE 002, se esta tiver caráter de aferição individual.

Art. 4º. Os casos omissos desta Norma serão resolvidos pelo Diretor do Centro de Educação da PMPB mediante deliberação do Conselho Educacional.

Art. 5º. Esta Resolução entrará em vigor a contar desta data revogando-se as disposições contrárias.

João Pessoa. PB, 12 de março de 2020.

JOSÉ RONILDO SOUZA DA SILVA - CEL QOC
Presidente do Conselho